

**EDUCAÇÃO EM COLAPSO: ENTRE O ACESSO GARANTIDO E A
APRENDIZAGEM NEGADA**

**EDUCATION IN COLLAPSE: BETWEEN GUARANTEED ACCESS AND DENIED
LEARNING**

**EDUCACIÓN EN COLAPSO: ENTRE EL ACCESO GARANTIZADO Y EL
APRENDIZAJE NEGADO**



10.56238/sevened2026.004-012

Rodger Roberto Alves de Sousa

Instituição: Centro Internacional de Pesquisa Integralize

E-mail: rodger.r.a.s.sousa@gmail.com

Orcid: 0000-0002-7063-1268

Joel de Freitas

Mestre em Direito

Instituição: Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)

E-mail: profjoeldefreitas2012@yahoo.com.br

Orcid: 0000-0002-7273-8720

Altino Dias Sacawe

Mestre em Engenharia de Informática

Instituição: Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

E-mail: sacaweads@gmail.com

Orcid: 0009-0005-6663-7463

RESUMO

O presente artigo analisa a crise educacional contemporânea, marcada pela contradição entre a ampliação do acesso à escola e a fragilidade dos processos de aprendizagem. Embora as políticas públicas tenham garantido maior escolarização, observa-se que muitos estudantes concluem etapas da educação básica sem domínio de conhecimentos essenciais. Esse cenário está associado à flexibilização curricular excessiva, à fragilidade dos sistemas de avaliação, às desigualdades sociais persistentes e às condições precárias de trabalho docente. A escola, ao assumir múltiplas funções sociais, tem gradualmente perdido a centralidade do ensino, o que compromete sua função pedagógica e aprofunda desigualdades educacionais. O estudo evidencia que a inclusão escolar, quando desvinculada de práticas pedagógicas consistentes, pode resultar em trajetórias escolares marcadas por lacunas formativas. Defende-se a necessidade de retomar o rigor pedagógico, fortalecer a formação e valorização dos professores e alinhar políticas educacionais às reais necessidades do processo de ensino-aprendizagem. Conclui-se que superar a crise educacional exige ações estruturais que integrem acesso, permanência e aprendizagem com qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Crise Educacional. Aprendizagem. Políticas Públicas. Escola Pública.

ABSTRACT

This article analyzes the contemporary educational crisis, characterized by the contradiction between expanded access to schooling and the fragility of learning processes. Although public policies have ensured broader school enrollment, many students complete basic education without mastering essential knowledge. This scenario is associated with excessive curricular flexibility, weakened assessment systems, persistent social inequalities, and precarious teaching conditions. As schools take on multiple social roles, the centrality of teaching has gradually diminished, compromising their pedagogical function and deepening educational inequalities. The study highlights that school inclusion, when disconnected from consistent pedagogical practices, may result in educational trajectories marked by learning gaps. It argues for the need to restore pedagogical rigor, strengthen teacher training and professional valorization, and align educational policies with the real demands of teaching and learning. It concludes that overcoming the educational crisis requires structural actions that integrate access, permanence, and learning with socially referenced quality.

Keywords: Educational Crisis. Learning. Public Policies. Public School.

RESUMEN

Este artículo analiza la crisis educativa contemporánea, marcada por la contradicción entre un mayor acceso a la escuela y la fragilidad de los procesos de aprendizaje. Si bien las políticas públicas han garantizado una mayor escolarización, se observa que muchos estudiantes completan etapas de la educación básica sin dominar los conocimientos esenciales. Este escenario se asocia con una excesiva flexibilidad curricular, la fragilidad de los sistemas de evaluación, la persistencia de las desigualdades sociales y la precaria situación laboral del profesorado. La escuela, al asumir múltiples funciones sociales, ha perdido gradualmente la centralidad de la enseñanza, lo que compromete su función pedagógica y profundiza las desigualdades educativas. El estudio muestra que la inclusión escolar, al estar desconectada de prácticas pedagógicas consistentes, puede resultar en trayectorias escolares marcadas por brechas formativas. Argumenta la necesidad de retomar el rigor pedagógico, fortalecer la formación y la valoración docente, y alinear las políticas educativas con las necesidades reales del proceso de enseñanza-aprendizaje. Concluye que la superación de la crisis educativa requiere acciones estructurales que integren el acceso, la permanencia y un aprendizaje de calidad socialmente referenciado.

Palabras clave: Crisis Educativa. Aprendizaje. Políticas Públicas. Escuela Pública.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação brasileira tem apresentado avanços significativos no que se refere ao acesso e à permanência dos estudantes na escola. A ampliação das matrículas, a universalização do ensino básico e a consolidação de políticas de inclusão representam conquistas importantes no campo educacional. Entretanto, tais progressos não têm sido acompanhados, na mesma proporção, pela garantia efetiva da aprendizagem, o que evidencia um cenário marcado por contradições e fragilidades no processo de ensino.

Autores da área da Pedagogia alertam que o direito à educação não se limita à presença física do aluno na escola, mas envolve, sobretudo, a apropriação de conhecimentos socialmente produzidos. Saviani (2013) destaca que a função social da escola está diretamente relacionada à transmissão e à assimilação dos saberes sistematizados, condição indispensável para a formação crítica e intelectual dos sujeitos. Quando essa função é esvaziada, o acesso escolar perde seu sentido pedagógico.

Nessa perspectiva, Libâneo (2012) ressalta que a qualidade da aprendizagem depende de práticas pedagógicas consistentes, de currículos estruturados e de professores devidamente preparados para enfrentar os desafios contemporâneos. A ausência de intencionalidade pedagógica, associada a condições precárias de trabalho e a políticas educacionais fragmentadas, contribui para a consolidação de um modelo escolar que inclui formalmente, mas falha em promover aprendizagens significativas.

Diante desse contexto, discutir a educação como um sistema que garante acesso, mas nega aprendizagem, torna-se fundamental para compreender as causas do colapso educacional e refletir sobre caminhos possíveis de superação. Assim, este artigo propõe uma análise crítica das tensões entre acesso e aprendizagem, problematizando os limites do modelo vigente e reforçando a necessidade de resgatar o papel pedagógico da escola como espaço de formação efetiva.

2 EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: AVANÇOS NO ACESSO E FRAGILIDADES NA APRENDIZAGEM

A educação contemporânea caracteriza-se por expressivos avanços no acesso à escolarização, especialmente a partir da ampliação das políticas públicas voltadas à universalização do ensino básico. O aumento das matrículas e a permanência dos estudantes nas instituições escolares representam conquistas relevantes do ponto de vista social e legal. No entanto, tais avanços convivem com fragilidades persistentes no que se refere à efetivação da aprendizagem, evidenciando um descompasso entre acesso garantido e apropriação do conhecimento.

Saviani (2013) afirma que a função social da escola está relacionada à transmissão dos conhecimentos historicamente sistematizados, condição essencial para a formação intelectual dos sujeitos. Quando esse princípio é enfraquecido, a escolarização passa a cumprir apenas um papel

formal, desvinculado de sua finalidade pedagógica. Nesse contexto, o acesso, embora necessário, mostra-se insuficiente para assegurar o direito pleno à educação.

Libâneo (2012) destaca que a aprendizagem escolar depende de práticas pedagógicas intencionais, de currículos organizados e de processos de ensino que considerem a mediação docente como elemento central. A fragilização desses aspectos, associada à padronização excessiva, à flexibilização curricular mal conduzida e às limitações estruturais das escolas, compromete a qualidade do ensino oferecido. Assim, muitos estudantes avançam nos níveis de escolaridade sem consolidar aprendizagens essenciais.

3 COMO A POLÍTICA PODE INFLUENCIAR NA DESTRUIÇÃO DA EDUCAÇÃO?

A política exerce influência direta sobre os rumos da educação, uma vez que define diretrizes, prioridades, financiamento e modelos de gestão dos sistemas de ensino. Quando orientada por interesses ideológicos, econômicos ou eleitorais imediatos, e não por fundamentos pedagógicos consistentes, a política educacional pode contribuir significativamente para o enfraquecimento da qualidade da educação. Esse processo ocorre, sobretudo, quando decisões são tomadas sem diálogo com a realidade escolar e sem consideração pelos princípios científicos da Pedagogia.

Saviani (2013) aponta que a educação é historicamente condicionada pelas relações sociais e políticas, o que torna a escola vulnerável a projetos de poder que desconsideram sua função formativa. Políticas que priorizam indicadores quantitativos, como taxas de aprovação e permanência, em detrimento da aprendizagem efetiva, tendem a esvaziar o trabalho pedagógico e a reduzir o ensino a um cumprimento burocrático de metas. Dessa forma, a escola passa a cumprir exigências administrativas, enquanto o conhecimento perde centralidade.

Libâneo (2012) destaca que reformas educacionais mal estruturadas, associadas à desvalorização da formação docente e à precarização das condições de trabalho, comprometem diretamente o processo de ensino-aprendizagem. A imposição de currículos fragmentados, a padronização excessiva de avaliações e a ausência de investimentos contínuos fragilizam a autonomia pedagógica do professor e limitam práticas educativas significativas.

A instabilidade política e a descontinuidade das políticas públicas provocam rupturas nos projetos educacionais, dificultando avanços consistentes. Quando a educação é tratada como instrumento de disputa política e não como direito social, seus objetivos pedagógicos são subordinados a interesses externos. Deve-se salientar que; o senso crítico deve vir acompanhado de responsabilidades, sabendo também, ouvir a outra parte, e assim, chegar a um bem comum sem interferir na qualidade do ensino. Destacando a importância do diálogo, acima das diferenças.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DO ENSINO

As políticas públicas educacionais exercem papel determinante na organização dos sistemas de ensino e na definição das condições que sustentam a qualidade educacional. Por meio delas, são estabelecidas diretrizes curriculares, modelos de avaliação, programas de financiamento e ações voltadas à formação docente. Quando fundamentadas em princípios pedagógicos sólidos e articuladas às realidades escolares, essas políticas contribuem para a melhoria do ensino e para a consolidação do direito à aprendizagem. Contudo, quando elaboradas de forma centralizada e descontextualizada, tendem a produzir efeitos limitados ou contraditórios.

Saviani (2013) destaca que a qualidade do ensino está diretamente relacionada à coerência entre as políticas educacionais e a função social da escola, que consiste na socialização dos conhecimentos sistematizados. Políticas que priorizam resultados imediatos, baseados exclusivamente em indicadores quantitativos, podem reduzir o processo educativo a metas administrativas, enfraquecendo o trabalho pedagógico e a profundidade da aprendizagem. Nesse cenário, a qualidade passa a ser medida por números, e não pela efetiva apropriação do conhecimento.

Libâneo (2012) ressalta que políticas públicas eficazes devem garantir condições objetivas para o ensino, como infraestrutura adequada, valorização profissional e currículos organizados de forma consistente. A ausência desses elementos compromete a prática docente e amplia as desigualdades educacionais, sobretudo nas redes públicas. Além disso, a constante descontinuidade das políticas, marcada por mudanças frequentes de programas e diretrizes, dificulta a consolidação de projetos pedagógicos de longo prazo.

5 INCLUSÃO ESCOLAR SEM APRENDIZAGEM: LIMITES DO MODELO ATUAL

A ampliação das políticas de inclusão escolar representa um avanço significativo no reconhecimento do direito à educação para todos. O ingresso e a permanência de estudantes com diferentes necessidades educacionais nas escolas comuns evidenciam conquistas legais e sociais importantes. Entretanto, a efetivação da inclusão não pode ser compreendida apenas pela presença física do aluno na sala de aula, pois a ausência de aprendizagem revela limites estruturais e pedagógicos do modelo atual.

Mantoan (2006) afirma que a inclusão escolar exige transformações profundas nas práticas pedagógicas, nos currículos e na organização da escola. Quando tais mudanças não ocorrem, a inclusão assume um caráter formal, marcado pela adaptação superficial dos estudantes ao sistema, e não pela adaptação do sistema às singularidades dos alunos. Nesse contexto, a aprendizagem deixa de ser central, e a escola passa a reproduzir processos de exclusão pedagógica.

Libâneo (2012) destaca que a aprendizagem escolar depende de mediação docente intencional e de condições adequadas de ensino. A ausência de formação específica, a sobrecarga de trabalho dos professores e a fragilidade no planejamento pedagógico comprometem o desenvolvimento dos estudantes, especialmente daqueles que demandam estratégias diferenciadas. Assim, a inclusão sem suporte pedagógico adequado resulta em trajetórias escolares marcadas por fracasso e descontinuidade.

6 O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DO ESVAZIAMENTO PEDAGÓGICO

O esvaziamento pedagógico, caracterizado pela redução do ensino à mera transmissão superficial de conteúdo ou ao cumprimento de exigências burocráticas, tem se tornado um desafio recorrente na educação contemporânea. Nesse cenário, o papel do professor assume centralidade, pois sua atuação pode tanto reforçar quanto tensionar práticas que desvalorizam o conhecimento e fragilizam a aprendizagem. Diante desse contexto, o docente é chamado a ressignificar sua prática e a reafirmar a função pedagógica da escola.

Saviani (2013) destaca que o trabalho docente deve estar orientado pela intencionalidade educativa, garantindo a mediação sistemática entre o aluno e o conhecimento historicamente produzido. Quando essa mediação é substituída por atividades descontextualizadas ou pela flexibilização excessiva dos conteúdos, ocorre a perda do sentido pedagógico do ensino. Cabe ao professor, portanto, organizar situações de aprendizagem que preservem o rigor intelectual e promovam a construção do saber.

Libâneo (2012) ressalta que o professor é um profissional do ensino, responsável por planejar, conduzir e avaliar o processo educativo de forma crítica e consciente. Mesmo diante de políticas educacionais fragilizadas e de condições adversas de trabalho, sua prática pode contribuir para resistir ao empobrecimento curricular, desde que sustentada por fundamentos teóricos sólidos e por uma postura reflexiva. Assim, o docente torna-se agente fundamental na defesa da qualidade do ensino.

7 AVALIAÇÃO ESCOLAR E A INVISIBILIDADE DO FRACASSO EDUCACIONAL

A avaliação escolar ocupa um lugar central no processo educativo, pois orienta decisões pedagógicas e sinaliza os avanços e limites da aprendizagem. Contudo, quando reduzida a instrumentos classificatórios e quantitativos, a avaliação pode contribuir para a invisibilidade do fracasso educacional, mascarando dificuldades reais enfrentadas pelos estudantes. Nesse modelo, os resultados formais tendem a substituir a análise do processo, impedindo a identificação de lacunas no ensino e na aprendizagem.

Luckesi (2011) afirma que a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem, assumindo um caráter diagnóstico e formativo. Quando utilizada apenas para promover ou reter alunos, perde sua função pedagógica e passa a cumprir um papel burocrático. Nesse contexto, práticas como a aprovação

automática e a flexibilização excessiva de critérios avaliativos ocultam o baixo desempenho acadêmico, criando a ilusão de sucesso escolar sem a consolidação do conhecimento.

Hoffmann (2014) destaca que a avaliação mediadora possibilita acompanhar o percurso do aluno, valorizando seus avanços e identificando dificuldades de forma contínua. A ausência dessa perspectiva favorece a naturalização do fracasso educacional, que deixa de ser problematizado pela escola. Assim, estudantes avançam nos níveis de escolaridade sem desenvolver competências essenciais, enquanto o sistema educativo se mantém formalmente eficiente.

8 DESIGUALDADES SOCIAIS E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

As desigualdades sociais exercem influência direta sobre o processo de ensino-aprendizagem, interferindo nas oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes e nos resultados alcançados ao longo da escolarização. Fatores como renda, acesso a bens culturais, condições de moradia e disponibilidade de recursos educacionais afetam significativamente o desempenho escolar, ampliando as disparidades entre os alunos. Nesse contexto, a escola passa a refletir as desigualdades estruturais da sociedade.

Saviani (2013) ressalta que a educação não ocorre de forma isolada, pois está condicionada às relações sociais e históricas que determinam o acesso ao conhecimento. Estudantes provenientes de contextos socialmente vulneráveis enfrentam maiores dificuldades para acompanhar as demandas escolares, uma vez que nem sempre dispõem de condições materiais e simbólicas favoráveis à aprendizagem. Quando a escola desconsidera essas realidades, tende a reforçar processos de exclusão pedagógica.

Libâneo (2012) destaca que o papel da escola é garantir a todos o acesso ao conhecimento sistematizado, independentemente das condições sociais de origem. Para isso, torna-se indispensável a adoção de práticas pedagógicas intencionais, capazes de mediar o aprendizado e reduzir os impactos das desigualdades. A ausência de políticas educacionais consistentes e de investimentos adequados compromete essa função, aprofundando as diferenças no desempenho escolar.

9 FORMAÇÃO DOCENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA PÚBLICA

A formação docente e as condições de trabalho na escola pública constituem elementos indissociáveis para a garantia da qualidade do ensino. A atuação do professor exige sólida base teórica, domínio pedagógico e capacidade de reflexão sobre a prática, aspectos que dependem diretamente de processos formativos consistentes. Contudo, a realidade das escolas públicas revela desafios significativos, nos quais a precarização das condições de trabalho compromete a efetivação do trabalho pedagógico.

Libâneo (2012) afirma que a formação do professor deve articular conhecimentos científicos, didáticos e pedagógicos, possibilitando ao docente compreender o processo educativo em sua complexidade. Entretanto, quando a formação inicial apresenta fragilidades ou se distancia das demandas concretas da escola, o professor encontra dificuldades para lidar com a diversidade, com as exigências curriculares e com os desafios do cotidiano escolar. Essa situação é agravada pela ausência de políticas sistemáticas de formação continuada.

Saviani (2013) destaca que a valorização do magistério está diretamente relacionada às condições objetivas de trabalho, como infraestrutura adequada, tempo para planejamento e remuneração compatível com a responsabilidade da função docente. A sobrecarga de tarefas, o número excessivo de alunos por turma e a falta de recursos pedagógicos afetam negativamente a prática educativa, limitando a possibilidade de intervenções mais qualificadas e reflexivas.

10 CURRÍCULO, FLEXIBILIZAÇÃO E PERDA DE RIGOR PEDAGÓGICO

O currículo escolar constitui o eixo estruturante do processo educativo, pois organiza os conhecimentos, define objetivos de aprendizagem e orienta a prática pedagógica. Nas últimas décadas, propostas de flexibilização curricular têm sido amplamente difundidas com o intuito de atender à diversidade presente nas escolas. Entretanto, quando essa flexibilização ocorre sem critérios pedagógicos claros, pode resultar na perda de rigor e no esvaziamento do ensino, comprometendo a qualidade da aprendizagem.

Saviani (2013) destaca que o currículo deve assegurar o acesso aos conhecimentos sistematizados, fundamentais para a formação intelectual dos estudantes. A substituição desses conteúdos por práticas fragmentadas ou excessivamente adaptadas tende a enfraquecer o papel formativo da escola. Nesse sentido, a flexibilização curricular não pode significar redução de exigências cognitivas, mas sim reorganização didática que preserve a centralidade do conhecimento.

Libâneo (2012) ressalta que o rigor pedagógico está relacionado à intencionalidade do ensino, ao planejamento consistente e à mediação docente qualificada. Quando o currículo perde sua estrutura e clareza, o professor encontra dificuldades para garantir progressão das aprendizagens. A ausência de critérios objetivos e a relativização excessiva dos conteúdos contribuem para a superficialidade do ensino e para a ampliação das desigualdades educacionais.

11 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO VERSUS ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

A escola exerce papel fundamental na formação dos sujeitos, sendo reconhecida tanto como espaço de socialização quanto de aprendizagem. A convivência entre pares, o desenvolvimento de valores e a construção de vínculos sociais constituem dimensões essenciais do processo educativo. No

entanto, quando a função socializadora se sobrepõe à função pedagógica, ocorre um desequilíbrio que compromete a centralidade da aprendizagem escolar.

Saviani (2013) afirma que a função primordial da escola é garantir o acesso ao conhecimento historicamente sistematizado, possibilitando a formação intelectual e cultural dos estudantes. A socialização, embora relevante, não pode substituir o ensino dos conteúdos científicos, artísticos e culturais. Quando a escola passa a priorizar apenas aspectos relacionais ou comportamentais, o processo de ensino-aprendizagem perde sua intencionalidade pedagógica.

Libâneo (2012) destaca que a aprendizagem escolar depende de práticas educativas organizadas, mediadas pelo professor e orientadas por objetivos claros. A redução da escola a um espaço de acolhimento ou convivência social fragiliza o currículo e limita o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Nesse contexto, a socialização deixa de ser articulada ao conhecimento e passa a ocorrer de forma dissociada do ensino.

12 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA SUPERAR A CRISE EDUCACIONAL

Superar a crise educacional exige a adoção de ações estruturantes que articulem políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas qualificadas e valorização efetiva do trabalho docente. O enfrentamento desse cenário passa, inicialmente, pelo reconhecimento de que o acesso à escola, embora ampliado, não garante, por si só, a aprendizagem significativa dos estudantes. É necessário recolocar o ensino e o conhecimento no centro do projeto educativo.

Saviani (2013) defende que a superação das fragilidades educacionais está diretamente ligada à reafirmação da função social da escola como espaço de transmissão e apropriação do saber sistematizado. Nesse sentido, políticas educacionais devem priorizar currículos consistentes, objetivos claros de aprendizagem e condições materiais adequadas para o trabalho pedagógico. A fragmentação curricular e a flexibilização excessiva comprometem a qualidade do ensino e aprofundam desigualdades.

Libâneo (2012) destaca que a melhoria da educação passa pela formação sólida dos professores, tanto inicial quanto continuada, articulada às demandas reais da sala de aula. Investir em formação teórica e metodológica fortalece a autonomia docente e possibilita práticas pedagógicas mais eficazes. Além disso, melhores condições de trabalho, tempo para planejamento e remuneração digna são elementos indispensáveis para a reconstrução do processo educativo.

Outro caminho relevante consiste no uso crítico das avaliações educacionais, compreendidas como instrumentos diagnósticos e formativos. Luckesi (2011) ressalta que avaliar deve servir ao acompanhamento da aprendizagem, permitindo intervenções pedagógicas adequadas, e não à mera classificação dos estudantes. A avaliação, quando bem utilizada, contribui para a melhoria do ensino e para a redução do fracasso escolar.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da crise educacional evidenciou que a ampliação do acesso à escola, embora represente um avanço importante, não tem sido suficiente para assegurar aprendizagens consistentes e socialmente significativas. O distanciamento entre políticas educacionais, práticas pedagógicas e condições reais de funcionamento das escolas contribui para o esvaziamento do ensino, fragilizando o papel da escola como espaço de construção do conhecimento. Observa-se que a flexibilização curricular excessiva, a fragilidade dos processos avaliativos e a desvalorização do trabalho docente comprometem diretamente a qualidade da educação oferecida, sobretudo na rede pública. A escola tem sido cada vez mais sobrecarregada por demandas sociais que, embora relevantes, acabam por deslocar o foco central do processo educativo. Quando a socialização se sobrepõe à aprendizagem, o direito ao conhecimento é relativizado, ampliando desigualdades e produzindo trajetórias escolares marcadas por lacunas formativas. Torna-se, portanto, imprescindível retomar a centralidade do ensino, fortalecer o planejamento pedagógico e reconhecer o professor como sujeito fundamental na mediação do conhecimento. Enfrentar a crise educacional exige compromisso político, clareza de objetivos e ações concretas que articulem acesso, permanência e aprendizagem com qualidade.

As perspectivas futuras para a superação da crise educacional apontam para a necessidade de um reposicionamento estrutural das políticas públicas, com foco na aprendizagem efetiva e no fortalecimento da função pedagógica da escola. Espera-se que os sistemas educacionais avancem na construção de currículos mais consistentes, alinhados ao desenvolvimento intelectual dos estudantes e às demandas sociais contemporâneas, sem abrir mão do rigor pedagógico.

Outro aspecto fundamental refere-se ao investimento contínuo na formação docente, articulando teoria, prática e reflexão crítica sobre o cotidiano escolar. A valorização profissional, associada a melhores condições de trabalho e tempo pedagógico adequado, tende a impactar positivamente os processos de ensino-aprendizagem. Além disso, o uso consciente das avaliações e das tecnologias educacionais pode contribuir para práticas mais inclusivas e eficazes, desde que estejam a serviço do ensino e não da mera burocratização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (2014–2024). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.